

XXVII Congreso de la Asociación Latinoamericana de Sociología. VIII Jornadas de Sociología de la Universidad de Buenos Aires. Asociación Latinoamericana de Sociología, Buenos Aires, 2009.

Aspirantes a vereador: dinâmicas de seleção e perfil de candidaturas partidárias - o caso de Pelotas (RS) em 2008.

Cristina Altmann.

Cita:

Cristina Altmann (2009). *Aspirantes a vereador: dinâmicas de seleção e perfil de candidaturas partidárias - o caso de Pelotas (RS) em 2008*. XXVII Congreso de la Asociación Latinoamericana de Sociología. VIII Jornadas de Sociología de la Universidad de Buenos Aires. Asociación Latinoamericana de Sociología, Buenos Aires.

Dirección estable: <https://www.aacademica.org/000-062/754>

Acta Académica es un proyecto académico sin fines de lucro enmarcado en la iniciativa de acceso abierto. Acta Académica fue creado para facilitar a investigadores de todo el mundo el compartir su producción académica. Para crear un perfil gratuitamente o acceder a otros trabajos visite: <https://www.aacademica.org>.

Aspirantes a vereador: dinâmicas de seleção e perfil de candidaturas partidárias – o caso de Pelotas (RS) em 2008¹

Cristina Altmann

Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais do Instituto de Sociologia e Política/UFPeI

altmann.cristina@gmail.com

Resumo: *O trabalho pretende contribuir para a discussão acerca das dinâmicas estabelecidas no interior dos partidos políticos no que se refere à elaboração das listas partidárias, bem como ajudar na tentativa de conhecer um pouco mais os agentes sociais que pretendem se dedicar ao mundo da política institucional ocupando uma vaga de vereador - seja em termos de suas características sociais, seja em termos de seus vínculos e experiências associativas e partidárias. Servirá de base empírica para a pesquisa o processo eleitoral de 2008 na cidade de Pelotas, atualmente terceiro maior colégio eleitoral do estado do Rio Grande do Sul, Brasil.*

Palavras-Chave: *Seleção de candidatos, esfera local, vereador, Pelotas (RS).*

Embora em nível internacional, principalmente a partir da década de 80, a temática do recrutamento e seleção de candidaturas pelos partidos políticos tenha entrado em cena nas discussões acadêmicas das Ciências Sociais, mais especificamente na área da Ciência Política, no Brasil ainda há poucos trabalhos cujas preocupações estejam relacionadas à tarefa de analisar de

modo mais efetivo como as organizações partidárias têm procedido no que se refere à elaboração das listas partidárias apresentadas nos processos eleitorais.

Na literatura nacional, algumas pesquisas têm procurado avaliar o perfil (seja em termos socioeconômicos, seja em termos dos vínculos e experiências político-partidárias) dos representantes políticos brasileiros, principalmente em se tratando do Congresso Nacional. No entanto, parece importante pensar que há uma diversidade de agentes que a cada processo eleitoral buscam ocupar uma vaga nas diferentes esferas institucionais de poder e são mal sucedidos, não passando da condição de “candidato” a “representante”. Muitas vezes tida como alvo de polêmicas discussões por parte da mídia e dos eleitores, a categoria “candidatos” não têm despertado a mesma atenção nos estudiosos do mundo da política, que, na maioria das vezes, debruçam-se sobre o resultado dos processos eleitorais e não às dinâmicas a partir das quais são definidos aqueles que se apresentarão aos eleitores.

A legislação eleitoral brasileira estabelece os critérios para que alguém possa se tornar candidato a algum cargo eletivo de representação política. Para ser vereador, por exemplo, é preciso possuir nacionalidade brasileira, não possuir causas penais pendentes, estar inscrito no alistamento eleitoral, comprovar domicílio eleitoral no distrito pelo qual quer se candidatar, ter 18 anos e ser filiado a algum partido político, no período mínimo de um ano antes das eleições.

Dessa forma, é tarefa exclusiva dos partidos políticos a indicação dos candidatos que concorrerão aos cargos executivos e legislativos de representação política, nas três esferas de poder (municipal, estadual e federal). Além disso, a legislação nacional confere autonomia às organizações partidárias no que se refere aos procedimentos de escolha de seus candidatos, determinando apenas a realização de Convenções partidárias que homologuem as candidaturas dentro dos prazos estipulados.

O presente estudo se insere no campo recente (ao menos na Ciência Política brasileira) de investigações que têm buscado compreender as dinâmicas de seleção de candidatos no âmbito dos partidos políticos, tal como sugere Ranney (1981, p. 75), que define a seleção de candidaturas como “um processo predominantemente extralegal no qual os partidos políticos decidem quais as pessoas serão legalmente elegíveis para poderem concorrer a um cargo público em uma eleição”.

A primeira dimensão de análise a ser desenvolvida diz respeito aos agentes ou agência partidária responsável pela escolha dos candidatos no interior dos partidos políticos. Afinal de contas, quem seleciona aqueles que se apresentam como candidatos nas disputas eleitorais? Tal questão é formulada na literatura internacional por Norris (1993), quando se refere aos *gatekeepers* (“porteiros”) responsáveis pela elaboração das listas de candidatos no interior dos partidos

políticos, e também por Hazan (2002), que utiliza o termo *selectorate*, referindo-se igualmente àqueles que selecionam os candidatos de uma organização partidária para uma disputa eleitoral.

Por outro lado, partindo das contribuições de Ranney (1981), Norris (1993) e Hazan (2002), o segundo aspecto a ser abordado está relacionado às exigências e qualificações para que alguém possa se apresentar como candidato em uma eleição. O desafio, nesse sentido, será responder a seguinte questão: quem são os candidatos selecionados pelos partidos políticos? Tanto Ranney (1981) como Hazan (2002) apontam os candidatos que buscam a reeleição como aqueles com maiores chances de serem incluídos nas listas partidárias. Para Ranney (1981) outros traços estariam entre os mais valorizados pelas lideranças partidárias, tais como possuir fortes conexões locais², integrar grupos de interesse, ser membro de uma corrente interna do partido ou ainda possuir um perfil socioeconômico e educacional mais elevado. Por outro lado, Norris (1993) e Hazan (2002) têm chamado atenção para a baixa participação das mulheres nas listas de candidaturas e também nos Parlamentos.

Alguns estudos desenvolvidos no Brasil (Perissinotto/Bolognesi, 2008; Noll/Leal, 2008) têm buscado traçar o perfil social dos candidatos e daqueles que conseguem se eleger, com o intuito de compreender os atributos sociais que aumentariam as chances de um candidato tornar-se vitorioso em uma disputa eleitoral.

Se, de um lado, nestes trabalhos está em pauta o perfil social (caracterizado por indicadores tais como: sexo, idade, escolaridade e ocupação) dos candidatos selecionados pelos partidos políticos, por outro lado, a compreensão acerca dos vínculos e experiências políticas e partidárias destes agentes é algo a ser feito e que parece de suma importância em se tratando de entender qual a ligação com o mundo da política daqueles que se candidatam a um cargo eletivo.

Ao questionar quem são os candidatos selecionados pelos partidos políticos, o trabalho pretende avançar no sentido de compreender tais agentes sob a ótica tanto do seu perfil social quanto de suas experiências políticas e partidárias – tais como tempo de filiação no partido atual, existência ou não de filiações partidárias anteriores, ocupação de cargos dirigentes no partido, ocupação de cargos políticos, participação em movimentos sociais, entidades profissionais, entre outros.

A terceira e última dimensão de análise a ser considerada no presente estudo está relacionada aos métodos de seleção de candidatos utilizados pelos partidos políticos. Quanto a isso, na literatura internacional, Norris (1993) e Hazan (2002) têm explorado aspectos comuns, referentes principalmente ao grau de institucionalização e centralização (ou inclusão) do processo. Surgem como as perguntas centrais: os métodos de seleção são formais ou informais? Apresentam um caráter centralizado ou descentralizado? As dinâmicas internas tendem a um grau maior de inclusão

ou exclusão? Qual o papel das lideranças e dos membros partidários na escolha das candidaturas? Tais questões parecem remeter igualmente a uma avaliação acerca do grau de democracia interna que os partidos políticos apresentam em seus métodos de seleção de candidaturas.

Os trabalhos internacionais estão voltados, sobretudo, aos contextos nacionais e partidários europeus, tendo em vista as eleições legislativas nacionais, em sua grande maioria baseadas no voto em lista fechada, hierarquizada e bloqueada, o que implica uma centralidade ainda maior ao processo de seleção, pois esta define amplamente a possibilidade de eleição de um candidato. Tal sistema é contrário ao adotado no Brasil, o voto em lista aberta, em que a campanha do candidato junto ao eleitor e a própria ação do eleitor têm um peso muito maior, haja vista que os partidos apenas decidem quem vai concorrer, sem ter a possibilidade de hierarquizar as suas preferências entre esses candidatos. Logo, há diferenças não desprezíveis entre os dois sistemas políticos, as quais precisam ser consideradas ao apropriar-se dessas contribuições.

Ainda que Freidenberg/López (2002) discutam os procedimentos de seleção de candidatos às eleições presidenciais em 16 países da América Latina, o Brasil não foi incluído na análise. Já Siavelis/Morgenstern (2004), ao analisar a questão do recrutamento político e seleção de candidaturas em países da América Latina, incluindo o Brasil, avançam na construção de uma tipologia de candidatos (ao executivo e ao legislativo) e comportamentos políticos correspondentes.

Na literatura nacional, a temática começou a ser debatida bastante recentemente (Álvares, 2004, 2006, 2007 e 2008; Braga/Praça, 2007; Braga, 2008; Perissonotto/Bolognesi, 2008). A maioria dos trabalhos está voltada ao que dizem os estatutos partidários sobre os métodos de seleção de candidatos, tendo como base, principalmente, eleições para cargos legislativos em nível estadual e federal³ - e ainda sabe-se muito pouco sobre como se dá este processo tendo em vista as esferas locais de poder.

Diante destas considerações, o presente trabalho levanta a seguinte questão: Afinal de contas, como se dá o processo de seleção de candidaturas no interior de um partido político que busca representação em um legislativo municipal?

A partir desta problemática principal, alguns questionamentos surgem enquanto desdobramentos importantes para a pesquisa e a própria definição do que implica a expressão “processo de seleção”. Nesse sentido, quem são os responsáveis pela condução da escolha das candidaturas e quais os métodos de seleção utilizados? E, como resultado, quem são os candidatos selecionados pelas organizações partidárias e quais os seus atributos sociais e políticos? Será que o acesso à condição de vereador exige preparação prévia e treinamento na vida de “representante”, consolidação de vínculos e lealdades partidárias ou é um campo aberto a novatos e/ou aventureiros?

Servirá de base empírica para o estudo o processo eleitoral de 2008, na cidade de Pelotas (RS), atualmente terceiro maior colégio eleitoral do estado do Rio Grande do Sul⁴, com aproximadamente 242 mil eleitores.

Nas últimas eleições municipais de 2008, 20 partidos⁵ apresentaram 194 candidatos para a disputa das 15 cadeiras do legislativo da cidade de Pelotas, sendo que nove partidos conseguiram eleger candidatos. O PT elegeu a maior bancada, composta por quatro vereadores, enquanto o PMDB, PPS e PP elegeram dois vereadores. As outras cadeiras foram divididas entre DEM, PDT, PRB, PTB e PSDB, cada um elegendo um vereador.

Dado o número bastante elevado de partidos que disputaram o processo eleitoral em questão, o presente estudo adotou como critério para a escolha dos partidos a serem analisados a participação em todas as eleições municipais ocorridas considerando o atual contexto multipartidário vivenciado no Brasil, iniciado em fins de 1979. De acordo com este requisito, quatro partidos serão incluídos no escopo da análise: PT, PDT, PMDB e PP. Todos eles elegeram candidatos à Câmara Municipal pelotense nas eleições de 2008.

Um dos aspectos importantes relacionados à elaboração das listas de candidatos apresentadas pelos partidos políticos diz respeito à realização ou não de coligação com outras organizações, mecanismo permitido pela legislação eleitoral no Brasil (tanto para o executivo quanto para o legislativo, nas três esferas de poder) e comumente utilizado, nas eleições proporcionais, com o intuito de aumentar as chances de atingir o quociente eleitoral e, conseqüentemente, participar do rateio das vagas em disputa nos processos eleitorais. A decisão de coligar-se ou não é importante porque acaba definindo o número de candidatos que cada partido pode apresentar, número este que pode ser reduzido quando os partidos decidem coligar-se⁶.

No caso dos partidos que serão analisados, foram feitas diferentes opções quanto à realização de coligações para as eleições proporcionais. Nesse sentido, PDT e PT tiveram desempenhos semelhantes, pois optaram por não realizar coligações e apresentaram praticamente o mesmo número de candidatos (22 e 21, respectivamente). O PMDB coligou-se com o DEM, e juntos apresentaram 31 candidatos (14 e 17, respectivamente). Já o PP optou por coligar-se com o PTB e o PRB, apresentando 32 candidaturas ao legislativo municipal (20, 10 e 2, respectivamente). A confecção destas diferentes estratégias eleitorais será um aspecto importante a ser abordado no trabalho.

Outra questão importante diz respeito ao papel das convenções partidárias na elaboração da lista de candidatos pelos partidos políticos, determinadas pela legislação eleitoral com o intuito de homologar as candidaturas. Segundo Nicolau (2006), tais espaços apresentariam um caráter

meramente simbólico, pois apenas legitimariam acordos e negociações previamente estabelecidas entre os agentes partidários, não se constituindo em espaços de debates e definições coletivas.

Antes de avaliar normativamente o papel de uma convenção na escolha dos candidatos, parece importante buscar um olhar mais apurado acerca do que está em jogo e das decisões tomadas em tais instâncias partidárias. Nesse sentido, na fase preparatória deste projeto e como parte do processo de escolhas que o configuraram, a título exploratório, duas convenções municipais foram acompanhadas, realizadas pelos partidos DEM e PSDB7.

A atividade do DEM foi realizada em um tradicional clube da cidade, com um caráter festivo, incluindo música alta e alegre durante praticamente todo o tempo. A decoração do local, além de balões coloridos espalhados pelo salão, contava com cartazes e faixas de alguns dos candidatos, muitos deles com espécie de torcida organizada, gritos de guerra e camisetas personalizadas.

Para além do “clima” do evento, houve a realização de uma votação por parte dos membros do diretório municipal, que deveriam aprovar a lista de candidatos a vereador. Na falta dos membros do diretório, os suplentes foram sendo chamados até que um quorum mínimo fosse atingido. Após o término da votação, os nomes dos candidatos foram anunciados e a atividade foi encerrada.

Já a convenção do PSDB foi realizada na sede do partido, tendo uma mesa coordenadora composta pelo então pré-candidato a Prefeito e mais dois integrantes da executiva municipal. Em um clima de formalidade, os membros do diretório foram sendo chamados um a um até a mesa da atividade, para assinar a ata oficial. Depois de atingido o número necessário de assinaturas, teve início uma votação acerca de vários itens, entre eles a nominata de vereadores, realização de coligação nas eleições para o executivo e legislativo, e ainda aprovação dos candidatos ao executivo.

Até aqui, o acompanhamento de tais atividades poderia confirmar a hipótese de Nicolau (2006), para quem as convenções não se constituiriam em espaços de grandes debates políticos acerca das listas partidárias. Por outro lado, a realização de votações acerca de diferentes aspectos incluindo os membros integrantes dos diretórios municipais pode indicar diferenças importantes quanto às tomadas de decisões nas convenções oficiais, aspecto este que merece ser mais aprofundado e discutido.

Dessa forma, sem desconsiderar os constrangimentos institucionais e formais relativos à elaboração das listas partidárias existentes no Brasil, estabelecidos pela legislação eleitoral vigente e pelos estatutos das organizações partidárias, este trabalho pretende adentrar nas dinâmicas e lógicas informais que perpassam a escolha daqueles que se apresentam como candidatos em um processo eleitoral, no caso, buscando uma vaga de vereador no processo eleitoral de 2008 na cidade de Pelotas (RS).

Referências bibliográficas

- ÁLVARES, M. L. M. Mulheres na Competição Eleitoral: Seleção de Candidaturas e o Padrão de Carreira Política no Brasil. Tese, 2004 (Doutorado em Ciência Política). Rio de Janeiro, IUPERJ.
- _____. Determinantes da seleção de candidaturas aos cargos parlamentares e regras estatutárias na formação do selecionador brasileiro, nas eleições de 2002. Paper no 5º Encontro da ABCP. Belo Horizonte, 2006.
- _____. Formação de Elites & Seleção de Candidaturas: o "jardim secreto" da elaboração de listas partidárias. Paper no XXXI Encontro Anual da ANPOCS, Caxambu, 2007. Disponível em: <http://201.48.149.89/anpocs/arquivos/11_10_2007_18_34_6.pdf>
- _____. Recrutamento político e seleção de candidaturas: acesso às listas e o papel das lideranças no "Jardim Secreto". 6º Encontro da ABCP, São Paulo, 2008.
- BRAGA, M. / PRAÇA, S. Recrutamento Partidário: Seleção de Candidatos à Câmara dos Vereadores paulistana In: BRAGA, M. S. e KINZO, M. D'Alva (orgs.). Eleitores e Representação Partidária no Brasil. São Paulo: Humanitas/CNPq, 2007.
- BRAGA, M. do S. S. Organizações partidárias e seleção de candidatos no estado de São Paulo. Opinião Pública. Campinas, v. 14 (2), nov., 2008.
- FREIDENBERG, F. / LÓPEZ, F. S. Como se escolhe um candidato a Presidente? Regras e Práticas nos partidos políticos da América Latina. Opinião Pública, Campinas, v.8 (2), p.158-88, 2001.
- GALLAGHER, M. / MARSH, M. Candidate Selection in Comparative Perspective: The Secret Garden of Politics. London Newbury Park: Sage, 1988.
- HAZAN, R. Y. Candidate Selection. In NIEMI, L / GUNTER, R., / NORRIS, P. Comparing Democracies 2. London, Thousand Oaks, New Delhi: Sage, 2002.
- JOBIM. Depoimento In: TRINDADE, H. (Org.). Reforma eleitoral e representação política (Brasil anos 90). Porto Alegre: UFRGS, 1992.
- LIMA JÚNIOR, O. B. Partidos, eleições e poder legislativos In: MICELI, S. (Org.). O Que ler na Ciência Social brasileira (1970-1995). São Paulo: Sumaré, v.3, 1999.
- NICOLAU, J. M. O Sistema Eleitoral de Lista Aberta no Brasil. Dados. Rio de Janeiro, v. 49 (4), 2006, p.689 a 720.
- NOLL, M. I. / LEAL, C. A política local na construção da carreira política: o caso dos vereadores (São Paulo, Fortaleza e Porto Alegre). Paper 6º Encontro da ABCP, 2008. Disponível em: <http://201.48.149.88/abcp2008/arquivos/22_7_2008_17_18_59.pdf>
- NORRIS, P. Comparing legislative recruitment In: LOVENDUSKI, J. / NORRIS, P. Gender and party politics. London: Sage Publications Ltd., 1993.

- _____. Legislative Recruitment In: LEDUC, L / NIEMI, R. G. / NORRIS, P. Comparing democracies. elections and voting in global perspective. London: Sage Publications, 1996.
- NORRIS, P. / LOVENDUSKI, J. Political Recruitment. Gender, race and class in the British parliament. Cambridge University Press, 1995.
- NORRIS, P. Passages to Power. Legislative recruitment in advanced democracies. Cambridge University Press, 1997.
- PERISSINOTTO, R. M. / BOLOGNESI, B. O Recrutamento Político no PT e no PFL paranaenses nas eleições de 2006: sugestões de pesquisa. Paper 6º Encontro da ABCP, 2008.
- RAHAT, G. / HAZAN, R. Candidate selection methods: An analytical framework. Party Politics, v. 7 (3), may 2003.
- RANNEY, A. Candidate Selection In: BUTLER, D.; PENNIMAN, H. and RANNEY. A. (eds). Democracy at the Polls: a comparative study of competitive national elections. Washington DC: American Enterprise Institute of Public Research, 1981.
- SCHATTSCHNEIDER, E. E. Regimen de partidos. Madrid: Editorial Tecnos.S.A., 1964.
- SIAVELIS, P. M. / MORGENSTERN, S. Introduction: Political Recruitment and Candidate Selection in Latin American: A Framework for Analysis. Wake Forest University, 2004.